

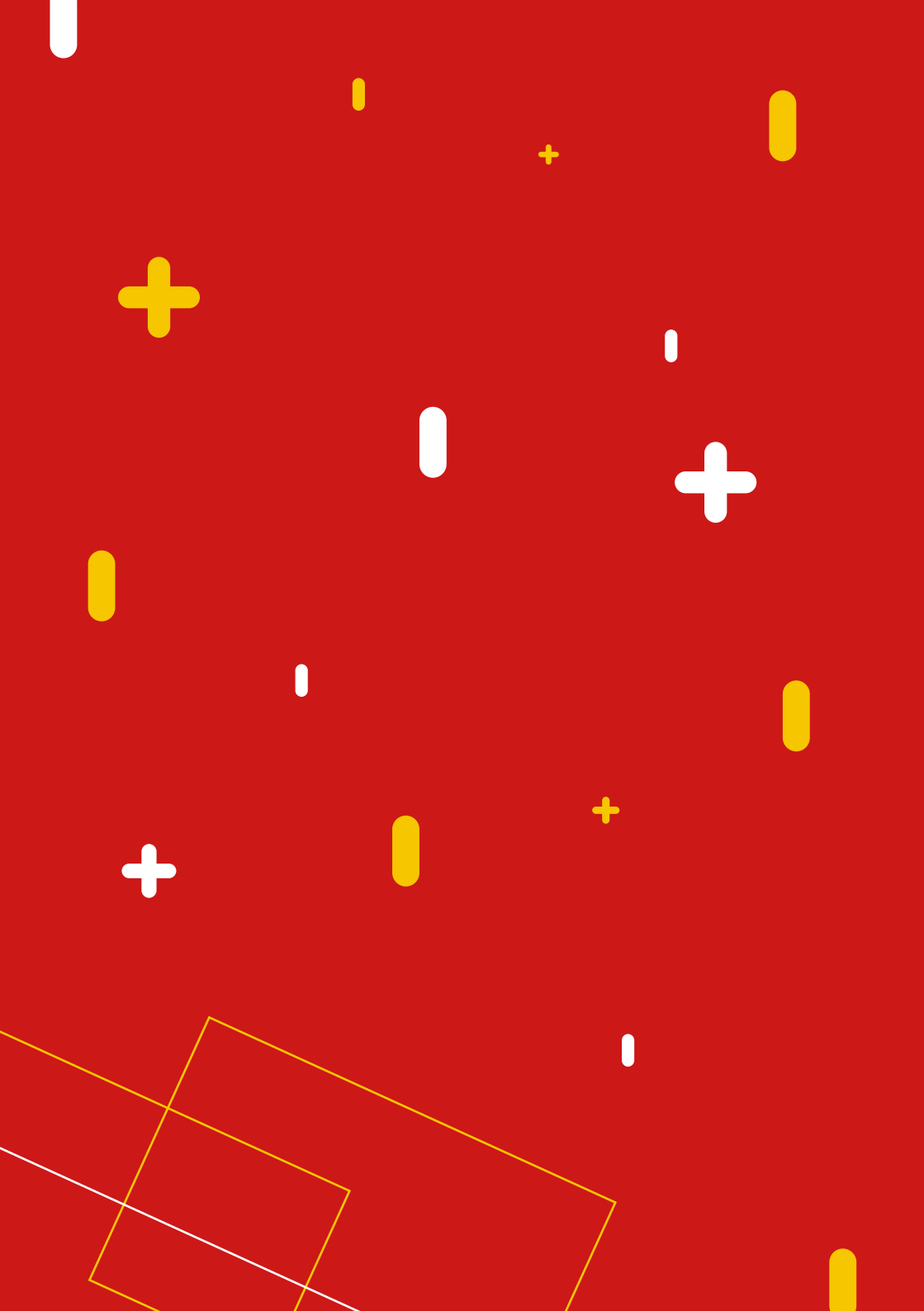


**CONFERÊNCIA**

**LULA LIVRE**

VENCER A BATALHA  
DA COMUNICAÇÃO

**13 E 14 ABR**



# APRESENTAÇÃO

---

Com este caderno reunimos numa só publicação documentos importantes que marcaram nossa **Conferência Lula Livre – Vencer a Batalha da Comunicação**, realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2018, em São Paulo.

São eles:

- a intervenção de Franklin Martins, na abertura da conferência (p. 4),
- o texto de Marilena Chauí sobre comunicação e democracia (p. 13),
- a intervenção de Juarez Guimarães após a exposição de Marilena (p. 26),
- a declaração final da Conferência (p. 35),
- e ainda, a título de registro, a programação realizada (p. 36).

Esse material dá conta do esforço coletivo que somou a Secretaria Nacional de Comunicação do PT em conjunto com a Comunicação das Lideranças do PT no Senado e na Câmara dos Deputados, o Instituto Lula, a Fundação Perseu Abramo, a Secretaria Nacional de Comunicação da CUT, a Rede Brasil Atual, a TVT e o Brasil de Fato.

Essa construção, respeitando identidades e atribuições de cada um, foi fruto de um forte incentivo do companheiro Lula no sentido de trabalharmos de forma coordenada e assim nos constituirmos em força democratizadora da comunicação.

Com essa publicação buscamos manter vivo o entusiasmo dos participantes na conferência e estimular um processo crescente de prática comum e criativa para conquistarmos a democratização real da comunicação.

Com um abraço,

**Carlos Henrique Árabe**  
Secretário Nacional de Comunicação do PT

# ABERTURA DA CONFERÊNCIA LULA LIVRE – VENCER A BATALHA DA COMUNICAÇÃO

Franklin Martins\*

Boa noite a todas e a todos.

Vou me dispensar de fazer a nominata, que, em geral, é uma coisa chatíssima. Vou entrar logo no tema aqui da nossa conversa. Fico muito satisfeito de o PT ter convocado essa Conferência de Comunicação, porque a comunicação é um tema crucial para a democracia. Nesses tempos de ataque à democracia, nesses tempos de golpe, discutir a comunicação é fundamental. É um tema crucial, inclusive, porque o PT, os partidos progressistas, os governos democráticos e populares têm uma dívida muito grande na questão da comunicação. Fizeram muito menos do que deveriam ter feito.

Na verdade, apenas conviveram com uma situação que já vinha de antes. Cito uma frase que li outro dia, do Mujica, que me tocou muito. Ele diz o seguinte: “los triunfos nos hacen pavos, las derrotas nos hacen pensar”. Traduzindo: “as vitórias nos transformam em pavões, as derrotas nos fazem pensar”.

O povo brasileiro sofreu uma tremenda derrota com o golpe, não vamos pintar de rosa. Esse é um momento onde temos de pensar.

O golpe não veio por causa dos nossos erros, o golpe veio por causa dos nossos acertos. Veio porque os

13 anos de governos populares promoveram inclusão social, aumento de salário, aumento de emprego, Luz para Todos, transposição de água para o Nordeste, Minha Casa Minha Vida, cotas para negros nas Universidades, aumento do povo nas universidades. Todas essas questões desmontaram o discurso clássico dos conservadores no Brasil, que era basicamente o seguinte: “eu até gostaria” – os governantes conservadores diziam – “eu até gostaria de governar para todo o povo, mas não dá. É impossível. Dá para governar para  $\frac{1}{3}$  e olhe lá. E os  $\frac{2}{3}$  que se virem”. Depois, achavam estranho e atribuíam aos brasileiros o complexo de vira-lata, quando ele era mandado se virar.

Os governos inclusivos, democráticos, desses 13 anos, desmontaram a ideia de que os pobres não cabiam no Brasil, de que eles eram um peso, um estorvo, algo que dificultava o desenvolvimento. Ao contrário, eles mostraram que, quando se governava para todos, passava-se a ter no povo um patrimônio, um ativo, uma energia excepcional. E isso permitia que o Brasil se tornasse mais forte, mais digno e mais respeitado internacionalmente e com mais perspectiva de futuro.



Ou seja, esses 13 anos demoliram a essência do discurso da direita no Brasil, que era de que o povo não cabia no Brasil. Afirmaram o contrário disso. O povo não só cabe no Brasil, como é o que faz o Brasil ser grande, forte e respeitado.

Então, foram os acertos que motivaram o golpe, porque eles perceberam que não tinham mais como enfrentar a disputa nas grandes questões da sociedade. Porque a experiência que o povo viveu, nesses 13 anos, é de que ele não tinha mais por que viver como vira-lata em seu país. Ele tinha que ser cidadão no seu país.

O problema da direita não é que ela não tem candidato. Ela não tem é discurso, porque ela não pode defender o seu programa. Basta ver o que foi a última eleição.

Pois bem, mas se nós sofremos um golpe por causa dos nossos acertos, se o golpe foi provocado pelos nossos acertos, o golpe triunfou por causa dos nossos erros.

O golpe tomou uma cadeira vazia. Tomou uma cadeira vazia, porque nós não estávamos lutando. E não estávamos lutando porque cometemos erros, dentre os quais talvez o mais importante é que convivemos docemente com o oligopólio da comunicação e o oligopólio da comunicação...

... E o oligopólio da comunicação organizou, mobilizou, dirigiu, manipulou e deu narrativa e justificação

ao golpe o tempo todo. Onde já se viu grandes cadeias de televisão suspenderem sua programação para convocar manifestações contra o governo? Eles fizeram isso. Em lugar nenhum do mundo isso acontece. Mas, no Brasil, como vivemos docemente com a realidade que estava colocada e não fizemos nada substantivo e consistente para modificá-la, não enfrentamos esse problema.

---

***(...) esses 13 anos  
demoliram a essência  
do discurso da direita  
no Brasil, que era  
de que o povo não  
cabria no Brasil.***

---

É claro que nós tivemos outros problemas também, não fizemos a reforma política, não fizemos a luta política durante o terceiro governo com a intensidade que a vida requer. Na questão dos juro, deixamos a questão dos juro na mesma, ou seja, não resolvemos muitos problemas... Mas, aqui hoje, eu quero me deter na questão da comunicação. Nós fizemos muito pouco e muito menos do que deveríamos ter feito.

Por quê? Não é uma questão fácil. A questão da democratização



da comunicação não é uma questão que está no dia a dia das pessoas comuns. Ela está distante. Então, é necessário um trabalho de discussão, de convencimento, de proselitismo, de se abrir para as pessoas. Ir lá e entender o que elas estão pensando e ao mesmo tempo passar a gravidade da situação. Então, não é uma coisa fácil.

---

***Por outro lado,  
o oligopólio está  
naturalizado no Brasil.  
É como se a rádio e a  
televisão não fossem  
concessões do Estado.***

---

Por outro lado, o oligopólio está naturalizado no Brasil. É como se a rádio e a televisão não fossem concessões do Estado. É como se rádio e televisão fossem propriedade dos donos, como se aquela frequência no espectro eletromagnético fosse deles, e não do Estado. Ou seja, nós não tínhamos como discurso uma discussão séria sobre esse assunto.

O primeiro governo do Lula foi marcado pelo deslumbramento, achou-se que se ia chegar ali e a televisão, os rádios e a mídia iam tratar com benevolência o governo

recém empossado. Tinha até uma certa base para isso, porque a imprensa teve um comportamento profissionalmente correto na eleição de 2002. Não fez a carga que faria nas outras eleições, mas por uma razão muito simples. O governo Fernando Henrique tinha acabado de tal forma fragmentado, de tal forma sem perspectiva, de tal forma desmoralizado, que eles sabiam que era inevitável a substituição. Se conformaram, aceitaram e não fizeram grande campanha contra, mas isso foi entendido de forma equivocada como se aquilo ali fosse um sinal de que ia ser sempre assim. Só foi se perceber que não era quando veio a campanha em cima do mensalão. Então, o primeiro governo é um governo de um certo deslumbramento com a situação. Estava se vivendo com o vento a favor.

O segundo governo – eu acho que se aprendeu com o mensalão – é um governo de disputa. Disputa, primeiro, porque o presidente Lula passou a falar o tempo todo. Falava 3, 4 vezes por semana com tudo que é tipo de imprensa, grande imprensa, média imprensa, imprensa de interior, rádio no interior, imprensa internacional, e ao fazer isso disputava a agenda, disputava a política o tempo todo. Além disso se construiu um processo para que tivéssemos uma empresa de comunicação pública no Brasil, que nós não tínhamos. Enfrentou nesse ponto o



oligopólio, que dizia na época que a TV Brasil era a TV do Lula. Falava-se que era a TV do Lula, engraçado que ninguém fala na TV do Temer, quando ela hoje em dia não tem nada de pública. Está sendo transformada numa empresa estatal.

Mais do que isso, naquele momento, o governo Lula convoca a Conferência Nacional de Comunicação, um momento especialíssimo na disputa política. Por quê? O que ele promove? Ele bota na mesa um assunto que é a necessidade de ter mais vozes na sociedade, mais vozes na imprensa. O que acontece? Os setores populares, que antes tinham um discurso baseado no tema do controle social da mídia, perceberam que isso favorecia o contra discurso das forças conservadoras, que aproveitava a expressão “controle social” para dar a impressão de que se queria controlar a imprensa. Perceberam os setores populares isso, pararam de falar isso e passaram a falar – o que é uma visão correta – na democratização da comunicação. Não é menos voz, não é controle, não é censura, é mais voz, mais liberdade para que o povo possa se informar e debater e, em função disso, formar sua opinião.

O que aconteceu? As organizações, as empresas de comunicação, grandes televisões, grandes rádios se retiraram da Conferência porque ficaram penduradas na brocha. A Conferência se realizou, deixou

grandes contribuições. Isso depois foi consolidado e sistematizado. E o governo Lula terminou entregando ao governo que foi eleito - que foi o da presidente Dilma, não o do Serra - um anteprojeto para que o governo seguinte abrisse um processo de discussão na sociedade sobre a necessidade da democratização da comunicação.

---

***Não é menos voz,  
não é controle, não é  
censura, é mais voz,  
mais liberdade para  
que o povo possa se  
informar e debater  
e, em função disso,  
formar sua opinião.***

---

Pessoalmente, entreguei a presidente Dilma na antevéspera da posse dela, no dia 30 de dezembro, o anteprojeto. Por alguma razão, que me escapa ou que faço questão que me escape, esse anteprojeto ficou na gaveta. Pior! Passou-se a adotar o discurso do controle remoto, como se regulação fosse controle da imprensa. Na verdade, se assumiu o discurso das forças conservadoras e com isso se entregou a agenda na



mão do outro lado. Em um momento em que os próprios órgãos de comunicação sabiam que tinha que ter uma discussão sobre regulação e era necessário porque o processo de convergência de mídias fazia com que televisão e telefonia fossem virando a mesma coisa. E mais à frente que o Google viesse a tomar conta da publicidade. Esse processo empurrava os órgãos de comunicação para se abrir para uma discussão que eles sempre tentaram torpedear e impedir que fosse realizada.

Eu disse a vários dirigentes de televisões, de rádios: “tem uma jamanta que vai passar por cima de vocês”, que são as empresas telecomunicações porque eles faturam 13 vezes mais do que vocês por ano. Se o mercado decidir sozinho, se não tiver um processo de discussão aberto, transparente na sociedade sobre esse problema, vocês vão ser atropelados. Então, havia uma possibilidade, mas, por alguma razão, prevaleceu a ideia que bom é o controle remoto e com isso o assunto morreu. Se sentiram empoderados os grandes grupos de comunicação e quando, em 2012, as forças conservadoras sofreram uma derrota demolidora nas eleições municipais – a principal foi a vitória do Haddad na capital de São Paulo – elas vieram com tudo. Disseram: nós temos que ir para cima. E, quando vieram para cima, vieram usando o tempo todo o oligopólio no trabalho de

manipulação da opinião pública, de formação, de dar a narrativa e ao mesmo tempo de isolar processo de calúnia e manipulação o tempo todo. Isso tudo foi em frente. Infelizmente, esse discurso não foi enfrentado. Havia a visão de que, se nós enfrentássemos esse discurso, se formaria uma tempestade perfeita.

---

***A pergunta é  
por que as forças  
progressistas, as  
forças democráticas  
não enfrentaram  
essa questão da  
democratização  
da comunicação.***

---

Ganhamos 2014. Ganhamos e parecia que tínhamos perdido, porque em vez de nós enfrentarmos os problemas com base nos pontos defendidos no nosso programa, saímos de lado. Eu acho que tem que se discutir isso seriamente, não é um problema da presidente ou de tal ou qual presidente. A pergunta é por que as forças progressistas, as forças democráticas não enfrentaram essa questão da





democratização da comunicação.

É que não é fácil. Quantos deputados vocês conhecem que batalharam nessa questão? Eu conheço uns dois ou três, não passou disso. Quantos senadores? Quantos governadores? Quantos assessores chegavam nos ouvidos dos seus parlamentares para dizer: tem que discutir essa questão? Isso era uma não-questão. E sabe por quê? Porque não dava voto e dava porrada. Aí o camarada diz “deixa o fulano, que é meio doidão tocar nisso aqui, eu vou cuidar de outra coisa”. Então, na verdade, não se enfrentou uma questão decisiva para a democracia.

Então é importante estar fazendo essa reunião aqui hoje. Desde que ela não se limite a só olhar para frente e dizer que temos de fazer mais isso, melhorar nossa comunicação, temos um monte de coisa para fazer. Tudo bem, mas a primeira coisa é a questão da democratização da comunicação. O fim do oligopólio é decisivo para a democracia e, se não se fizer isso, não haverá democracia no Brasil...

[...] deixando muito claro que isso não tem nada a ver com censura. Publica-se o que quiser, mas tem que haver regulação, principalmente, na radiodifusão, que é concessão do Estado. Quais os limites? Pode deputado ter concessão? Não pode. Mas eles têm! Pode ter oligopólio? Está escrito na Constituição que não pode ter oligopólio. Mas

tem. Está escrito na Constituição que tem que ter equilíbrio no tratamento das questões. Não há equilíbrio! Então, em todo o mundo essa questão da democratização é considerada vital para a democracia. Em todas as democracias! Então, é o seguinte: ou nós entendemos que isso é uma questão crucial ou todo nosso processo de reconquista da democracia terá enorme limitação. Se existe uma coisa que pode se dizer que foi positiva nesse golpe é que ele escancarou essa questão.

---

***Então, é o seguinte:  
ou nós entendemos  
que isso é uma  
questão crucial ou  
todo nosso processo  
de reconquista da  
democracia terá  
enorme limitação.***

---

Hoje em dia essa questão não é apenas algo que interessa a grupos na academia, a setores, às organizações sociais, a um outro ou intelectual. Não, as pessoas entenderam e viram como que a democracia é coagida pelo oligopólio dos órgãos de comunicação... A TV



Globo durante muito tempo queria influenciar os presidentes, era aquele jantar, era aquele café da manhã, era aquele encontro que parecia que aconteceu por acaso. Queria influenciar para dizer “tá bem assim”. É aquela velha história do Dr. Roberto Marinho sacramentando o Ministro da Fazenda, Maílson da Nobrega, no início do governo da Nova República.

---

***O principal líder político do país, (...) está preso, vítima de uma perseguição. Não existe absolutamente nada de prova contra ele. É uma perseguição política.***

---

Hoje em dia influenciar é pouco para eles. Eles tutelam. E eles têm voto para tutelar alguma coisa? Porque vamos ter claro: o que eles querem é tutelar o voto. Nós estamos vivendo um momento dramático. O principal líder político do país, o principal líder popular está preso, vítima de uma perseguição. Não existe absolutamente nada de prova contra ele. É uma perseguição

política. Mas o nosso lado está vivendo esse problema.

Mas e do lado de lá? O problema é grave também. Eles não têm candidato. São todos umas pulgas, uns piolhos. Mas o problema deles não é que eles não têm candidato. Eles não podem defender o seu programa, porque, defendendo o seu programa serão derrotados, porque o povo teve a experiência desse programa nos últimos dois anos e viu que não é isso que ele quer.

Então, a sensação no País, a cada dia acontece uma coisa, é: para onde nós estamos indo? Já estamos em algo muito grave e podemos ir para algo muito pior. Só há uma coisa capaz de nos salvar – quando digo nós é o Brasil, é o povo brasileiro – dessa situação, uma situação de destruição que pode afetar a própria nacionalidade. A única coisa que pode resolver isso é o voto popular. Só o voto arruma a casa, dá rumo para o país, organiza o futuro e pacífica o Brasil. Não vai ser rápido, não é algo para 2 ou 3 meses, mas é algo que dá futuro. Dá perspectiva. Sem o povo, votando em quem quer votar, nenhum governo dura! Por isso, eles se esboroaram.

Disseram que tinham feito um impeachment contra uma pedrada. Disseram que em 6 meses ajeitavam a economia e disseram que acabavam com a corrupção. Hoje em dia todo mundo sabe que houve um golpe. Na economia, estamos



vivendo uma recessão dramática. Está claro também que estamos sendo governados por uma quadri-lha. Cadê o discurso? Cadê o programa? Não tem! Então estamos vivendo uma coisa dramática.

Volto à comunicação. Nós precisamos enfrentar essa questão. Enfrentar sabendo o seguinte: isso dá porrada. Mas sabendo também que isso dá democracia. Se nós entendermos que dá porrada, mas também dá democracia, vamos em frente. Porque a democracia é fundamental e quem luta pela democracia sabe que sempre pode levar porrada. A democracia é uma coisa mais forte.

---

***(...) a democracia é fundamental e quem luta pela democracia sabe que sempre pode levar porrada. A democracia é uma coisa mais forte.***

---

Então, eu espero que essa Conferência entre nessa discussão, enfrente como devemos fazer na comunicação daqui para a frente. A Bia e a Renata vão falar sobre isso. Mas eu quis falar mais sobre essa questão de fundo: não dá mais para

continuar tratando isso como se fosse uma questão periférica.

Para concluir, dirigi durante a campanha da reeleição da presidente Dilma uma experiência extraordinária de trabalho na internet. Chamava-se Muda Mais. Algo que funcionava enquanto polo, mas que ia muito além. Era na verdade um grande propagador de conteúdo, de disputa política, com linguagem, leve e descolada, moderna, jovem. Tratando de temas que muitas vezes os políticos não tratam em seus discursos, palanques, mas tratando sempre de uma forma leve, botando para cima e, ao mesmo tempo, enfrentando o outro lado, sabendo desmistificar o discurso do outro lado.

Quando começou o trabalho do Muda Mais, a presidente Dilma tinha 79% de menções negativas na internet e 21% de positivas. Era um massacre. Nos propusemos a chegar a um empate – 50 a 50 –, até porque o corte social na internet é diferente do corte social do eleitorado. Tem menos povão, tem mais classe média. O empate seria uma vitória.

Mas, com o processo de enfrentamento e de disputa que aconteceu, no final da campanha a presidente Dilma tinha 58% de menções positivas e 42% de menções negativas. Terminada a campanha, disse à direção do PT: “Temos aqui um canhão, temos uma equipe formada, temos gente que aprendeu a fazer uma coisa importantíssima, que teve um



impacto na internet monumental. Toquem isso. Eu não quero ficar, mas toquem isso, porque é muito importante. Quero fazer uma apresentação para vocês”. A apresentação ficou pronta, mas nunca houve a reunião para fazer a apresentação.

---

***[...] a porrada é o tempo inteiro. Ou a gente entende isso ou nós vamos semeando tempestades perfeitas o tempo todo contra a gente.***

---

Por que? Isto é algo que precisa ser visto, porque na verdade, tem muita gente que, quando acaba a campanha eleitoral, acha que só tem porrada daqui a quatro anos e vamos em frente. Mas a porrada é o tempo inteiro. Ou a gente entende isso ou nós vamos semeando tempestades perfeitas o tempo todo contra a gente.

Então, eu espero que essa Conferência entre em detalhes do que deve ser feito. Já passou da hora de nós termos uma agência de notícias que cubra o Congresso, que cubra o Judiciário, que faça reportagens especiais, que não nos deixe

limitados a ser apenas o contra-ponto de opinião da grande mídia, mas que produza também informação primária, porque isso é vital para disputar o terreno. E não estou falando de agência de notícias do PT não, mas sim do campo progressista, do campo que quer fazer jornalismo baseado nos fatos.

Volto ao conselho do sábio Mujica, lembrando que, como fomos derrotados está na hora de a gente pensar nos nossos erros e não de nos comportarmos como pavões.

Obrigado!★

**\*Franklin Martins** é jornalista e ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no segundo governo Lula (2007-2010).

# COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

Marilena Chauí\*

## I.

A concepção liberal reduz a democracia a um *regime político eficaz*, baseado na ideia de cidadania definida por direitos civis (a liberdade e a igualdade perante a lei), organizada em partidos políticos e que se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, sendo sustentado pela rotatividade dos governantes e pelas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais.

Todavia, a democracia ultrapassa a ideia de um regime político para definir a forma da própria sociedade, isto é, a *sociedade democrática*. Em outras palavras, a democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa).

Essa forma sociopolítica, nas sociedades divididas em classes,

busca conciliar o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades introduzindo a ideia dos *direitos* que não são apenas civis (como julga o liberalismo), mas também econômicos, sociais, políticos e culturais. Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para *criar novos direitos*. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir como cidadãos novos sujeitos políticos que os reivindicaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade, isto é, como universais.

Por isso mesmo a democracia é a única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Por conseguinte, é a única forma sociopolítica na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário,



buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho sociopolítico do dissenso. Politicamente, graças à prática da criação de direitos, a democracia surge como o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade como constitutiva de seu modo de ser, de maneira que a democracia é a *sociedade verdadeiramente histórica*, isto é, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo.

---

***[...] a sociedade  
brasileira é  
estruturalmente  
antidemocrática porque  
é estruturalmente  
violenta, hierárquica,  
vertical, autoritária  
e oligárquica.***

---

Ora, a sociedade brasileira é estruturalmente antidemocrática porque é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica.

De fato, nossa sociedade é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo seu centro na hierarquia familiar, é fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando e obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. E, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão.

Nela, há a recusa tácita (e, às vezes, explícita) para fazer operar o mero princípio liberal da igualdade formal e a dificuldade para lutar pelo princípio socialista da igualdade real: as diferenças são postas como desigualdades e estas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, migrantes, idosos) ou como monstruosidade (no caso dos homossexuais).

Nela, há a recusa tácita (e, às vezes, explícita) de operar com o



mero princípio liberal da igualdade jurídica e a dificuldade para lutar contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. A lei não deve figurar e não figura o polo público do poder e da regulação dos conflitos, nunca definindo direitos e deveres dos cidadãos porque a tarefa da lei é a conservação de privilégios e o exercício da repressão. Por este motivo, as leis aparecem como inútuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem transgredidas e não para serem transformadas. O Poder Judiciário é claramente percebido como distante, secreto, representante dos privilégios das oligarquias e não dos direitos da generalidade social.

Nela, os conflitos não são ignorados e sim recebem uma significação precisa: são considerados sinônimo de perigo, crise, desordem. Por isso, a eles se oferece uma única resposta: a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral.

Nela, é operada a naturalização das desigualdades econômicas e sociais - a desigualdade salarial entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são consideradas naturais; a existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis”; a

existência das crianças sem infância é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Do mesmo modo, há naturalização das diferenças étnicas, postas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, das diferenças religiosas e de gênero, bem como naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência.

---

***O Poder Judiciário é claramente percebido como distante, secreto, representante dos privilégios das oligarquias e não dos direitos da generalidade social.***

---

Nela, está bloqueada a esfera pública da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagonicos. Os meios de comunicação monopolizam a informação e o consenso é confundido com a unanimidade, de sorte que a discordância é posta como ignorância ou perigo.

Em nossa sociedade, o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a lógica clientelista e



burocrática. O clientelismo bloqueia a prática democrática da representação – o representante não é visto como portador de um mandato dos representados, mas como provedor de favores aos eleitores. Por sua vez, a burocracia introduz o funcionamento antidemocrático do Estado, pois se baseia na hierarquia e não na igualdade, no segredo e não na informação e na rotina e não na criação de direitos.

---

***Um privilégio é,  
por definição, algo  
particular que não  
pode generalizar-se  
nem universalizar-  
se sem deixar de  
ser privilégio.***

---

Nossa sociedade está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes, bloqueando a instituição e a consolidação da democracia. De fato, fundada na noção de direitos, a democracia está apta a diferenciá-los de *privilégios* e *carências*. Um privilégio é, por definição, algo particular que não pode generalizar-se nem universalizar-se sem deixar

de ser privilégio. Uma carência é uma falta também particular ou específica que desemboca numa demanda também particular ou específica, não conseguindo generalizar-se nem universalizar-se. Um direito, ao contrário de carências e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, seja porque é o mesmo e válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais, seja porque, embora diferenciado, é reconhecido por todos (como é caso dos chamados direitos das minorias). Assim, a polarização econômico-social entre a carência e o privilégio ergue-se como obstáculo à instituição de direitos, definidora da democracia.

A esses obstáculos, podemos acrescentar ainda aquele decorrente do encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado, em outras palavras, a hegemonia do neoliberalismo. Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo recusa a especificidade das diferentes instituições sociais e políticas e as torna homogêneas porque as define como empresas: a fábrica é uma empresa, a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Mais do que isso, define o indivíduo como capital humano ou empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as instituições ou pelo princípio universal da concorrência, disfarçada sob o nome de meritocracia.





Disso decorre, como consequência, a inculcação da culpa naqueles que não vencem a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, pois, como escreveu Marcuse em *O homem unidimensional*, “o sofrimento, a frustração, a impotência do indivíduo deriva de um sistema funcionando com alta produtividade e eficiência, no qual ele deveria auferir uma existência em nível melhor do que nunca. (...) com sua consciência controlada e vigiada, sua intimidade abolida, suas emoções integradas no conformismo, o indivíduo não dispõe mais de “espaço mental” suficiente para desenvolver-se contra o seu sentimento de culpa, para viver com uma consciência própria”.

E não só isso. Politicamente, o Estado deixa de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores democráticos e passa a ser considerado uma empresa. Assim, do ponto de vista político, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado decorrem da transformação da política em uma questão técnico-administrativa que deve ficar nas mãos de especialistas competentes, isto é, o governante definido como *gestor*.

Aos cidadãos cabe reconhecer a própria incompetência, confiar na competência dos gestores e reduzir a participação política ao momento do voto nas eleições, ou seja, reprime-se a ação dos movimentos

sociais e populares. Sobretudo são negligenciados e ocultados o papel dos conflitos econômicos, sociais e culturais, as divergências entre forças políticas e a estrutura jurídica e burocrática do Estado, que ergue obstáculos à concretização de programas e projetos políticos visando

---

***[...] o Estado deixa  
de ser considerado  
uma instituição  
pública regida pelos  
princípios e valores  
democráticos e passa  
a ser considerado  
uma empresa.***

---

quebrar a polarização entre carência e privilégio. Como explicou Chico de Oliveira, a política neoliberal é a decisão de destinar os fundos públicos aos investimentos do capital e cortar os investimentos públicos destinados aos direitos sociais. Isto explica porque a política neoliberal se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados da classe dominante, isto é, em proveito do capital, transformando-os



em serviços definidos pela lógica do mercado, isto é, a *privatização dos direitos* transformados em serviços, que aumenta a cisão social entre a carência e o privilégio, ampliando todas formas de exclusão.

## II.

A estrutura autoritária da sociedade brasileira, o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado neoliberal colocam em evidência o bloqueio a um direito democrático fundamental sem o qual a cidadania, entendida como participação social, política e cultural é impossível, qual seja, o *direito à informação*.

Como observa Christopher Lash, em *A Cultura do Narcisismo*, os *mass media* tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade, substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade – para que algo seja aceito como real basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável. Os fatos cederam lugar a declarações de “personalidades autorizadas”, que não transmitem informações, mas preferências, e estas se convertem imediatamente em propaganda. Qual a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade? A personalidade cuja vida privada se torna suporte e garantia da ordem pública.

A fronteira entre fatos e versões desaparece, todo discurso vira um tipo de venda de ideias concorrendo com os demais, seja na política, na economia, na cultura. A narrativa que melhor for comercializada e absorvida por indivíduos e coletividade é a que se tornará hegemônica. O que significa esse lugar dado à personalidade competente? Significa que as relações interpessoais, as relações intersubjetivas e as relações grupais aparecem com a função de ocultar ou de dissimular as relações sociais enquanto propriamente sociais e as relações políticas enquanto propriamente políticas.

---

### ***Qual a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade? A personalidade cuja vida privada se torna suporte e garantia da ordem pública.***

---

De fato, as relações pessoais são imediatas, isto é, definidas pelo relacionamento direto entre pessoas e, por isso mesmo, nelas os sentimentos, as emoções, as preferências e os gostos têm um papel decisivo; ao contrário, as relações



sociais e políticas são mediatas ou mediações referentes a interesses e a direitos regulados pelas instituições, pela divisão social das classes e pela separação entre o social e o poder político, mas agora perdem sua especificidade e passam a operar sob a aparência da vida privada, portanto, referidas a preferências, sentimentos, emoções, gostos, agrado e aversão.

Não é casual, mas uma consequência necessária dessa privatização do social e do político, a destruição de uma categoria essencial das democracias, qual seja a da *opinião pública*. Esta, em seus inícios modernos, era definida como a expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou ao direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria. Era uma reflexão feita em público e por isso definia-se como uso público da razão e como direito à liberdade de pensamento e de expressão. Hoje, porém, os meios de comunicação estimulam o narcisismo e, em lugar de opinião pública, busca a expressão pública de sentimentos e emoções, de preferências, gostos, aversões e predileções, de maneira que o espaço privado ou da intimidade ocupa o lugar do espaço público. *Em lugar de opinião pública, tem-se a manifestação pública de sentimentos, preferências e aversões individuais.*

Qual a consequência? O direito de cada um e de todos de opinar em público é substituído pelo poder de alguns para exercer esse direito, surgindo, assim, a expressão “formador de opinião”, aplicada a intelectuais, artistas e jornalistas ou profissionais dos meios de comunicação. O jornalismo deixa de ser informativo para se tornar opinativo e assertivo, detentor da credibilidade e da plausibilidade, tornando-se dos protagonistas da destruição da esfera da opinião pública.

A multimídia potencializa o fenômeno da indistinção entre as mensagens e entre os conteúdos. Como todas as mensagens estão integradas num mesmo padrão cognitivo e sensorial, uma vez que educação, notícias e espetáculos são fornecidos pelo mesmo meio, os conteúdos se misturam e se tornam indiscerníveis. Essa mescla dos conteúdos é agravada e reforçada pela encefalação: programas educativos em forma de videogames, notícias em forma de espetáculo, transmissão de sessões do Poder Legislativo ou do sistema Judiciário como se fossem novelas, jogos esportivos como se fossem coreografias de dança, etc. A multimídia unifica num único universo digital manifestações culturais distintas no espaço e no tempo, diferentes por sua origem (classes sociais, nacionalidades, etnias, religiões, estados, centros de pesquisa etc.), diversas por seu conteúdo



e finalidade (informação, educação, entretenimento, política, artes, religião), dando origem à cultura virtual. Todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio por que fica tão abrangente, tão diversificado, tão maleável, que absorve no mesmo texto ou no mesmo espaço/tempo toda a experiência humana, passada, presente e futura, como num ponto único do universo.

Podemos focalizar a questão no exercício do poder pelos meios de comunicação tomando-o sob dois aspectos principais: o econômico e o ideológico.

### **a) poder econômico**

Do ponto de vista econômico, os meios de comunicação são empresas privadas, isto é, uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. São um negócio. E um negócio que, sob os efeitos da forma econômica neoliberal, passou por profundas mudanças estruturais, pois, como escreve o jornalista Caio Túlio Costa, “num processo nunca visto de fusões e aquisições, companhias globais ganharam posições de domínio na mídia.” Além da forte concentração (os oligopólios beiram o monopólio), também é significativa a presença, no setor das comunicações, de empresas que não tinham vínculos com ele nem tradição nessa área. O porte dos investimentos e a perspectiva

de lucros jamais vistos levaram grupos proprietários de bancos, indústria metalúrgica, indústria elétrica e eletrônica, fabricantes de armamentos e aviões de combate, indústria de telecomunicações a adquirir, mundo afora, jornais, revistas, serviços de telefonia, rádios e televisões, portais de internet, satélites etc.

Como observam vários jornalistas, houve não só a expansão da tecnologia analógica, mas, em menos de duas décadas, o salto para a tecnologia digital, a explosão da telefonia celular e a multiplicação das maneiras de comunicação com a possibilidade de interação entre redes de computador, acarretando, como também escreveu Caio Túlio Costa, “um aumento exponencial na velocidade de transmissão de dados, sob qualquer plataforma – celular, rádio, satélite, fibra de vidro ou mesmo fio de cobre” – os dados passaram a trafegar nas redes de comunicação passando de mil para milhões de bytes. A tecnologia do sistema digital modifica totalmente a forma da comunicação, pois pode integrar num único sistema de distribuição e recepção a televisão, a Internet, o cinema, a telefonia de voz e imagem, redes de dados, distribuído pela casa ou pelo escritório para cada aparelho receptor. Não causa espanto que companhias de produtos eletrônicos e empresas de telecomunicações estejam em



disputa para controlar esse negócio de ponta a ponta e somente grupos poderosíssimos, resultantes de alianças entre empresas de comunicação de massa, operadoras de comunicação, provedores de serviços de internet e empresas de computadores estarão em posição de dominar os recursos econômicos e políticos necessários para a difusão da multimídia. “Assim, haverá um sistema multinacional, porém, com toda probabilidade, será decisivamente moldado pelos interesses comerciais de uns poucos conglomerados ao redor do mundo.”

---

***Do ponto de vista da democracia, a questão que se coloca, portanto, é saber quem detém o controle dessa massa cósmica de informações.***

---

Do ponto de vista da democracia, a questão que se coloca, portanto, é saber quem detém o controle dessa massa cósmica de informações. Ou seja, o problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem

utiliza essas informações, como e para que as utiliza, sobretudo quando se leva em consideração um fato técnico, que define a operação da informática, qual seja, a concentração e centralização da informação, pois, tecnicamente, os sistemas informáticos operam em rede, isto é, com a centralização dos dados e a produção de novos dados pela combinação dos já coletados.

**b) poder ideológico**

Do ponto de vista ideológico, o exercício de poder pela mídia se efetua por meio da *ideologia da competência* cujo modo de aparecer tem a forma anônima e impessoal do *discurso do conhecimento*. E sua eficácia social, política e cultural funda-se na crença na racionalidade técnico-científica. Essa ideologia é inseparável da nova imagem da sociedade, definida como “sociedade do conhecimento”. Com essa expressão, pretende-se indicar que a economia contemporânea se funda sobre a ciência e a informação, graças ao uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica e da informação nos processos produtivos e financeiros, bem como de serviços como a educação, a saúde e o lazer – *em outras palavras, o conhecimento se tornou uma força produtiva, dando origem à expressão “trabalho imaterial”*.



A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Numa palavra, a ideologia da competência se opõe à democracia porque fere a igualdade e a liberdade ao instituir a divisão social entre os competentes, que sabem e mandam, e os incompetentes, que executam e obedecem.

### III.

Indaguemos se a internet abre um campo verdadeiramente democrático e supera a ideologia da competência, em geral, e o autoritarismo sociopolítico brasileiro.

Como explica Paul Mathias<sup>1</sup>, a internet é um ponto de convergência entre uma arquitetura industrial, múltiplas linguagens informáticas e um grande número de práticas intelectuais e cognitivas, econômicas, sociais, políticas, artísticas e de lazer. É uma organização de informações, parte da rede (a *web*) na qual o centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, disseminada numa infinidade de máquinas através do mundo. A internet é um enxame de redes privadas e públicas, institucionais, comerciais, governamentais, associativas conectadas em inúmeros “nós” que formam uma “nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mas frequentemente fechada e secreta<sup>2</sup> e que aparece como uma comunicação tecnológica e universal entre as consciências que compartilham opiniões, pontos de vista, experiências, pensamentos, observações, hábitos e mesmo as banalidades da vida cotidiana ou um mundo de representações entrelaçadas, concordantes ou antagonicas.

Ora, a internet nasce numa infraestrutura econômica que ela mantém invisível, como ocorre em todas as esferas da sociedade capitalista.

<sup>1</sup> Paul Mathias, *Qu'est-ce que l'Internet?*, Paris, Vrin, 2009.

<sup>2</sup> Idem *Ibidem* p. 24.



Mas não é assim que ela aparece, isto é, como um instrumento da economia ou uma estratégia econômica e política. Ela aparece como um ambiente universal de informação e comunicação globalmente uniforme, como capaz de trazer proveitos cognitivos, sociais, artísticos e políticos e como instrumento de pesquisa, de tal maneira que seu usuário “pode instantaneamente se beneficiar com todos os serviços que a potência de seu dispositivo técnico é suscetível de lhe dar”<sup>3</sup>.

Na verdade, embora o uso das redes possa envolver usos técnicos diversos, nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitado de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor ideia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos. De fato, “o objeto que cintila na tela” não é um texto ou uma imagem, mas “um sistema aplicativo opaco do qual percebemos apenas a interface que utilizamos”<sup>4</sup>, sem jamais conhecer sua complexidade técnica, que permanece invisível sob a visibilidade contínua. Ignoramos os procedimentos operatórios que a criaram e a conservam, as leis de sua formação e

configuração, sua arquitetura funcional. Em outras palavras, com a internet não sabemos onde estamos nem o que fazemos!

---

***Ignoramos os  
procedimentos  
operatórios que a  
criaram e a conservam,  
as leis de sua formação  
e configuração, sua  
arquitetura funcional.***

---

Mas não só isso. A internet nos coloca diante de uma contradição: de um lado, atravessando potencialmente todas as fronteiras territoriais e políticas, parece permitir uma distribuição de conhecimentos, dar fim às disparidades cognitivas e permitir aos grupos e aos indivíduos se apropriarem de seu ambiente econômico, social, cultural e político; de outro lado, porém, as práticas reticulares determinam lentamente o surgimento de um novo tipo de subjetividade que não se define mais pelas relações do corpo com o espaço e o tempo do mundo ou da vida, mas com a complexidade de relações que permanecem esparsas e fragmentadas. Operam a obediência e a sedução no campo mental, que, entretanto, estão

<sup>3</sup> Idem ibidem p. 26.

<sup>4</sup> Idem ibidem p. 27.



disfarçadas numa pretensa *liberdade de escolher obedecer*. Estudos em neurologia revelam que, nos usuários, há diminuição das capacidades do lobo frontal do cérebro, onde se realizam o pensamento e os julgamentos, e há grande desenvolvimento da parte do cérebro responsável pelo desejo. Pensa-se menos e deseja-se muito e as empresas desenvolvem aplicativos para enfatizar, direcionar, induzir e estimular desejos. Curtir se tornou uma obrigação e o *like* se tornou a definição do ser de cada um. Existir é ser visto.

---

***Pensa-se menos  
e deseja-se muito e as  
empresas desenvolvem  
aplicativos para  
enfatizar, direcionar,  
induzir e estimular  
desejos.***

---

A contradição pode ser assim resumida: se levarmos em consideração o monopólio da informação pelas empresas de comunicação de massa, podemos considerar, do ponto de vista da ação política, a internet e as redes sociais como ação democratizadora, tanto por quebrar esse monopólio, assegurando a produção

e a circulação livres da informação, como também por promover acontecimentos políticos de afirmação do direito democrático à participação; no entanto, os usuários da internet e das redes sociais não possuem o domínio tecnológico da ferramenta que empregam. Justamente porque são *usuários* não detêm poder sobre a ferramenta empregada, pois esse poder é, de um lado, o das empresas que determinam a forma e o conteúdo dos aplicativos e, de outro, uma estrutura altamente concentrada, a Internet Protocol, com dez servidores nos Estados Unidos e dois no Japão, nos quais estão alojados todos os endereços eletrônicos mundiais, de maneira que, se tais servidores decidirem se desligar, desaparece toda a Internet; além disso, a gerência da internet é feita por uma empresa norte-americana em articulação com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, isto é, gere o cadastro da internet mundial. Assim, sob o aspecto maravilhosamente criativo e anárquico das redes sociais em ação política ocultam-se o controle e a vigilância sobre seus usuários em escala planetária, isto é, sobre toda a massa de informação do planeta.

Como observa Laymert Garcia dos Santos<sup>5</sup>, o capital global privatiza as telecomunicações, coloniza a rede e faz o loteamento do campo

---

<sup>5</sup> Laymert Garcia dos Santos, *Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*.





---

eletromagnético, visando controlar o acesso ao chamado ciberespaço, não sob a forma da relação de compra e venda com seus clientes, e sim de fornecimento e uso. Trata-se,

---

***(...) o usuário  
julga estar em  
lazer, diversão,  
entretenimento, mas,  
na realidade, está  
realizando trabalho  
imaterial, gerando  
lucro ou mais valia  
para as empresas.***

---

portanto, de um novo tipo de mercado em que o cliente, ou melhor, o usuário é transformado em mercadoria porque a estratégia de venda não consiste mais em vender um produto para o maior número de clientes, mas em vender no ciberespaço o maior número de produtos para um usuário. Onde a importância dada ao aumento crescente do tempo em que usuário permanece conectado a esse espaço, tempo que é capitalizado – o usuário julga estar em lazer, diversão, entretenimento, mas, na realidade, está realizando trabalho

imaterial, gerando lucro ou mais valia para as empresas. De fato, explica Garcia dos Santos, os provedores de acesso traçam o perfil do usuário em termos de preferências de acessos (escolhas e rejeições), idade, gostos de etc.; perfil que serve de base de cálculo para o valor de tempo de vida em termos de sua virtualidade de acesso e consumo. O indivíduo se reduz a um fluxo de dados que pode ser reorganizado e vendido de acordo com os interesses de potenciais anunciantes os quais, de posse dessas amostras compradas, invadirão os acessos dos indivíduos ao ciberespaço com propagandas já direcionadas para seus gostos. O controle é feito sobre senhas e acessos, organizados como amostras de bancos de dados, bases com que o mercado financeiro se articula com a especulação de possibilidades, isto é, do valor da informação, única mercadoria que conta, tornando-se a medida de todas as coisas, pois para o capital global a informação é a medida quantitativa de tudo.★

\***Marilena Chauí** é filósofa e professora do departamento de Filosofia da USP, autora de Cultura e Democracia (Ed. Cortez) e A Nervura do Real (Companhia das Letras), entre outros.

# AS ESQUERDAS E O MOMENTO GRAMSCIANO: CONSTRUIR O CAMINHO DA LIBERDADE DE LULA

Juarez Guimarães\*

A libertação de Mandela da prisão só foi possível quando os movimentos de protesto em seu país e a campanha internacional atingiram um patamar incontornável, irresistível mesmo à mais dura repressão.

Assim, devemos ter a consciência de que a libertação de Lula só será possível se a campanha internacional e nacional pela sua libertação atingir um patamar incontornável, irresistível até mesmo à mais dura repressão. Só assim será possível obter uma vitória judicial em um aparato sistêmico que funciona como um estado policial e de exceção para as esquerdas. Se é legítimo ter esperança que a justiça lá prevaleça, esta esperança será apenas uma ilusão se não construir as razões políticas de sua conquista nas ruas aqui e agora.

A questão, então, para nós é: como construir a consciência e as vozes dessa campanha massiva – friso – “incontornável, irresistível até mesmo à mais dura repressão”? Será ela possível a partir da força política que acumulamos no presente estágio da resistência popular ao golpe?

Penso que sim, como analista da conjuntura brasileira, inserido

na inteligência coletiva da esquerda há 38 anos, como primeiro cientista político brasileiro que estabeleceu já em dezembro de 2014 um campo de previsão sobre a possibilidade do golpe, como estudioso da comunicação em diálogo com a impressionante inteligência pública já construída nesta área. Por três razões.

A primeira é que estamos a defender o mais importante líder popular da história brasileira e o mais importante líder hoje da esquerda no plano internacional. Trata-se, em suma, da liderança que hoje após tantos anos de ódio, calúnia e difamação, poderia vencer as eleições presidenciais até mesmo no primeiro turno, como reconhecem até institutos de pesquisa adversários.

A segunda razão é que a condenação e a prisão de Lula ocorrem em um momento de grave crise de legitimação da coalizão golpista, a qual explica inclusive o crescendo da violência judicial, fascista neste 2018, além da tutela militar sem mais disfarce. A crise desta narrativa golpista é evidenciada seja pela altíssima impopularidade de Temer, das principais lideranças nacionais ligadas ao golpe (é a maior crise de toda história



do PSDB) e do programa posto em prática pela coalizão golpista.

A razão terceira, mas não menos importante, é que, pela primeira vez na história do PT, formou-se uma consciência autocrítica, nítida e de esquerda, sobre a imperiosa necessidade de colocar no primeiro plano da nossa práxis a comunicação política a partir de nossa identidade de esquerda, da nossa potência de voz, da nossa inteligência pública e de nossos valores, enfim, da unidade com todas as forças de esquerda. Penso que é esta nova consciência que tornou possível a realização desta Conferência Nacional, em meio a tantas dificuldades da hora, pois ela contou desde o início com o entusiasmado apoio do ex-presidente Lula e da companheira Gleisi Hoffman.

Lula foi, desde a fundação do PT e cada vez mais, o nosso maior comunicador público. A única liderança nacional da esquerda brasileira que falava para dezenas de milhões e cuja potência de voz podia fazer um contraponto, em um patamar aproximado, com a Rede Globo de Televisão. Por isto, para a coalizão golpista não era suficiente impugnar a sua candidatura à presidente, nem mesmo é suficiente prendê-lo, mas é necessário calar a sua voz. No ato histórico de resistência à prisão em São Bernardo do Campo, ele nos passou o seu direito de voz pública. Trata-se de construí-la como um direito público de liberdade de expressão da esquerda

brasileira, de fazer o caminho de um que falava uma voz multitudinária, por e com tantos e tantas, para estes tantos e tantas que, em seu pluralismo de voz, falam agora por um.

---

***Lula foi, desde a  
fundação do PT  
e cada vez mais,  
o nosso maior  
comunicador público.***

---

Esta pedagogia de falar para dezenas de milhões, nós ainda não a temos mas possuímos em potência, aqui e agora. Como entendê-la e como realizá-la?

## **As Esquerdas e o Momento Gramsciano**

A esquerda brasileira venceu quatro vezes o neoliberalismo seja pela sua legitimidade em construir amplos processos de inclusão social e expansão de direitos, seja pelo tempo de televisão eleitoral que lhe permitia em tempos de campanha nacionalizar sua rede, seja pela amplitude das coalizões que organizou. O tempo de televisão, em geral terceirizado para agências, desmotivou a formação de uma rede



própria de comunicação com potência nacional. A coalizão com partidos de centro e até de direita levou a uma certa perda de identidade e, principalmente, da capacidade de disputar valores.

Em síntese, conquistas de maiores eleitorais se divorciaram de um processo de construção de hegemonia política. Ou seja, vitórias eleitorais que soldassem a construção de uma potência de voz própria com identidade e construção de valores socialistas democráticos.

---

***Em síntese, conquistas  
de maiorias eleitorais  
se divorciaram  
de um processo  
de construção de  
hegemonia política.***

---

Agora, o desafio é exatamente este: construir uma potência de voz política que, a partir da identidade e de valores da esquerda, construa uma maioria eleitoral. Não se trata de reproduzir uma falsa polêmica entre uma aliança de esquerda versus uma aliança de centro-esquerda mas apostar em uma dinâmica que, a partir da identidade de valores e da potência unitária das esquerdas,

polarize, atraia, pactue com todas as forças políticas, sociais, culturais e religiosas em contradição com a coalizão golpista.

Este é, sem dúvida, por excelência, um desafio gramsciano. É preciso voltar e atualizar Gramsci para além da rica cultura do eurocomunismo, a qual, no entanto, tinha, ao mesmo tempo, uma crítica insuficiente da URSS e uma crítica insuficiente da democracia liberal. É este Gramsci, fruto de uma terceira geração de estudos críticos e atualizadores, que é preciso trazer para a nossa cultura em sua potência de formar maiorias pela expansão democrática e republicana da identidade socialista e não pela sua contenção ou neutralização.

Em primeiro lugar, esta identidade do socialismo democrático é fundamental para estabelecer a disputa com as classes dominantes no plano dos valores de civilização que se expressam na atual disputa dos fundamentos do Estado brasileiro. Pois a contrarrevolução golpista está agindo para refundar o Estado brasileiro como um Estado neoliberal, destruído o pacto constitucional de 1988.

Polemizando com Benedetto Croce, que buscava afirmar o liberalismo como religião da liberdade, Gramsci afirmou, então, que o marxismo seria a heresia da religião da liberdade. Com Gramsci podemos afirmar que o neoliberalismo é o fundamentalismo da religião da



liberdade e que, mais do que nunca, contra ele, é preciso afirmar o socialismo democrático como a heresia do fundamentalismo da liberdade nestes inícios do século 21. E isto se faz, sem tergiversações, pela defesa do princípio da soberania popular e dos direitos humanos universais – não corporativos – dos cidadãos e das cidadãs trabalhadoras, mulheres, negros, pobres, índios, quilombolas, LGBTQs. A linguagem política (e não do direito natural) dos direitos humanos, democrática e anticapitalista é e deve ser, mais do que nunca, da esquerda.

O conceito de hegemonia de Gramsci se estrutura exatamente pela democratização radical da própria definição de intelectual e por sua conformação em rede nas organizações populares. Visando um novo humanismo, mas massivo como havia sido a Reforma Protestante, fugindo de uma interpretação iluminista e elitista da vanguarda, Gramsci propunha a organização pela base de uma vontade política e cultural organizada. Faz-nos, lembrar, aqui o saudoso Marco Aurélio Garcia, sempre preocupado com a “sociedade civil organizada do petismo”.

Chegamos aqui, então, à relação entre comunicação e hegemonia política. Um Estado autorregulado para Gramsci, seguindo dupla face do poder como propõe Maquiavel, seria aquele que maximizasse o

momento do consenso e subordinasse a ele o momento da coerção. A noção de formação de uma opinião pública democrática, que construa efetivamente a liberdade de expressão pública das maiorias oprimidas e exploradas, está no coração do conceito de hegemonia. Ora, hoje sabemos que o PT e as esquerdas brasileiras não formaram este programa de construção das bases de uma opinião pública como fundamento da democratização do poder.

---

***(...) o PT e as  
esquerdas brasileiras  
não formaram  
este programa de  
construção das bases  
de uma opinião pública  
como fundamento  
da democratização  
do poder.***

---

Trata-se de dar voz pública – direito de falar e ser ouvido – aos que sempre foram silenciados na história brasileira, como nos ensina o mestre Venício Lima, recém titulado professor emérito da UNB.



Ninguém pode falar em nome dos que buscam a liberdade pois ela mesma, a liberdade depende do direito público de falar com autonomia de voz. Um cidadão ou cidadã silenciado não se constitui em liberdade. Nem é mesmo um cidadão ou cidadã.

---

***Um cidadão ou cidadã  
silenciado não se  
constitui em liberdade.  
Nem é mesmo um  
cidadão ou cidadã.***

---

Assim, está no centro da disputa com o neoliberalismo o próprio conceito de liberdade de expressão. O estudo do que se passou nos Estados Unidos nas últimas décadas mostra um deslocamento fatal do conceito liberal de liberdade de expressão, que conjugava a cultura da responsabilidade social da mídia e a aceitação de certo padrão de regulação democrática com o chamado “mercado de ideias”. A mídia se concentrou e convergiu, o pluralismo foi fortemente afetado, o direito de resposta dos cidadãos perdeu espaço e, principalmente, o discurso do ódio (o chamado *hate speech*) passou por uma alteração em sua jurisprudência na Suprema

Corte, tornando-se praticamente legalizado. O discurso das grandes empresas de comunicação no Brasil é exatamente este discurso neoliberal, que confunde liberdade de expressão com o poder imperial e não regulado democraticamente dos oligopólios de mídia. O próprio STF brasileiro passou a adotar esta nova jurisprudência em relação ao discurso do ódio.

Este debate é fundamental para a democracia porque é através do discurso do ódio que o neoliberalismo constitui um campo de convergência público com as culturas profascistas ou abertamente fascistas. É necessário diagnosticar este fenômeno brasileiro e internacional das relações entre neoliberalismo e fascismo.

Desde as suas origens (no final dos anos trinta do século 20), a tradição política neoliberal marcou seu antagonismo ao princípio da soberania popular e aos direitos humanos. Ao contrário do liberalismo social ou keynesiano, que propôs no pós-guerra um pacto histórico com as esquerdas, que foi dominante até o final dos anos setenta, a tradição neoliberal defendeu a execração das esquerdas e social-democratas e a sua neutralização. Como já se disse, para o neoliberalismo “a Guerra Fria” não acabou.

Por sua vez, o que estamos chamando aqui de forças profascistas ou fascistas são aquelas que, sem mediações de ordem institucional,



visam o extermínio político e físico das esquerdas. Historicamente, o fascismo ocorreu como projetos nacionalistas, marcados pela concentração e centralização do poder. Chefes carismáticos, mobilização e organização de setores médios, discursos de ódio e ações violentas. Não se trata, é evidente, de operar com analogias históricas, essencializando o fenômeno do fascismo, mas identificar que lideranças e dinâmicas fascistas estão se articulando e ganhando protagonismo na cena da crise das democracias contemporâneas.

---

***(...) enquanto o neoliberalismo pretende a neutralização da esquerda asfixiando a democracia, os fascistas trabalham pela sua eliminação política e até física.***

---

Em relação às esquerdas, neoliberalismo e fascismo coincidem em não aceitar a disputa democrática com elas a partir de um princípio da soberania popular. Mas

enquanto o neoliberalismo pretende a neutralização da esquerda asfixiando a democracia, os fascistas trabalham pela sua eliminação política e até física.

Assim, as relações de afinidade política, social e cultural entre neoliberalismo e fascismo podem ser sintetizadas. Na política, a zona cinzenta entre a neutralização das esquerdas via asfixiamento da democracia e os ataques violentos dos fascistas. Na dimensão social, o território comum entre as políticas extremas de exclusão e apartação social e as novas culturas anti-imigrantista, racia listas, patriarcais, nacionalistas xenófobas ou fundamentalistas religiosas. E, no plano cultural, a celebração midiática das culturas de ódio através da sua legitimação por meio da interpretação neoliberal da liberdade de expressão.

Mas é preciso atualizar o conceito de hegemonia que, no Brasil só pode ser também negro e feminista, para um tempo em que vivemos cada vez mais em sociedades midiaticizadas, isto é, nas quais a sociabilidade, até nas intimidades, é mediada pela mídia. Sabemos que Gramsci fundamentou-se no partido, na fábrica e na escola pública, na aliança entre o operariado do Norte e o campesinato do Sul, para a construção de uma resposta nacional-popular à crise italiana. É preciso hoje tratar com mais centralidade



para a construção da hegemonia a construção da política comunicativa na disputa do poder. Não separar comunicação da política, atribuindo à política uma dimensão exclusivamente linguageira, como fazem algumas teorias da esfera pública e do reconhecimento, mas também não isolar mais a disputa de poder da potência comunicativa.

Assim, é preciso falar hoje do poder comunicativo, que combina potência de voz, sua potência orgânica e sua potência persuasiva. Chamamos de potência de voz a amplitude de alcance e força de uma linguagem política. De potência orgânica a sua capacidade de expressar sujeitos coletivos em processo de emancipação. Enfim, de potência persuasiva a capacidade de neutralizar a linguagem política adversária e de convencer massivamente.

Este encontro nacional de comunicação popular tem estes três desafios combinados, de aumentar qualitativamente a nossa potência de voz (através de convergências em TV, rádios, mídia virtual e impressa), estruturar a potência orgânica desta voz pública (vinculando-as às forças da esquerda e aos movimentos sociais) e qualificar a inteligência política de sua potência persuasiva.

Em síntese, construir o poder comunicativo da luta hegemônica. Mas ele só pode se construir agora na luta política pública pela liberdade de Lula.

## **Lula Livre**

Estamos diante da mais dura (porque construída em meio à violência crescente), mais importante (porque de consequências emancipatórias maiores até do que a campanha pelas reformas de base ou pelas diretas já) e mais bela (porque de raiz mais popular e de alcance mais internacional) do que todas as campanhas políticas da história do Brasil.

Com as suas forças políticas em processo de rearticulação e resistência, as esquerdas brasileiras já conseguiram, quando do impeachment, deslegitimar o golpe em 2017, construir e consolidar a impopularidade do programa e das lideranças golpistas.

---

### ***A campanha pela liberdade de Lula já se inicia com uma grande deslegitimação do sistema judiciário que o condenou***

---

A campanha pela liberdade de Lula já se inicia com uma grande deslegitimação do sistema judiciário que o condenou: segundo pesquisa Ipsos de março de 2018, 51% rejeitam





Moro e apenas 39% aprovam sua atuação), a rejeição a Carmen Lúcia já havia ascendido a 49%; segundo a última rodada da Vox Populi, 56% afirmavam que a condenação de Lula era mais política que judicial e 54% defendiam o direito de ele ser candidato à Presidência.

A resistência em São Bernardo, o discurso de Lula e, agora, o acampamento da liberdade em Curitiba construíram os símbolos unitários desta campanha. A cobertura da mídia internacional, já sensibilizada pela denúncia do brutal assassinato de Marielle Franco, pela militarização e pelos ataques fascistas à caravana de Lula ao sul do país, foi amplamente favorável ao ponto de vista das esquerdas.

Pode-se sintetizar, então, a disputa política comunicativa desta campanha em quatro dimensões centrais.

A primeira é a consolidação das razões judiciais e democráticas da injustiça histórica cometida contra Lula. A primeira fase desta campanha, até o julgamento do TRF-4, conquistou o direito público de acusar o acusador, como no famoso caso Dreyfus. A segunda fase, exponenciada no discurso do doutor Batochio e na desmoralização da decisão do STF, construiu a razão democrática: o direito cidadão à presunção da inocência, ao devido processo legal e ao direito sagrado ao habeas corpus. Agora, é preciso sintetizar em mensagem pública

clara, estas duas dimensões, consolidando uma larga maioria em favor da libertação de Lula.

---

***A resistência em São Bernardo, o discurso de Lula e, agora, o acampamento da liberdade em Curitiba construíram os símbolos unitários desta campanha.***

---

A segunda dimensão central é a reafirmação democrática e unitária do direito de Lula ser candidato a presidência da República. Eles querem, agora, normalizar o cenário político, isto é, redefinir a cena eleitoral sem Lula e com as candidaturas da esquerda e centro-esquerda divididas. Trata-se exatamente de fazer o contrário disto: a defesa do direito democrático de Lula ser candidato à presidente já unifica as esquerdas e tensiona a posição ambígua de Ciro Gomes e constitui, junto com a defesa da investigação e punição dos assassinos de Marielle Franco, a unidade da frente democrática contra o fascismo.



A terceira dimensão central desta campanha é a da colagem da figura de Lula à defesa dos direitos cidadãos do povo brasileiro. Lula, como disse bem o ex-presidente do PCdoB, é um programa político. Agora pacificado com o que há de historicamente progressivo da herança de Vargas, ele representa a história da conquista destes direitos nas últimas cinco décadas. Este é o sentido maior da voz plural, multitudinária, negra e nordestina, feminista e popular, centralmente classista dos trabalhadores e descolonizadora. O juízo do grande historiador da cultura Peter Burke, professor emérito de Cambridge: Lula, para a consciência internacional contemporânea, assim como Mandela foi contra o apartheid racial, é o símbolo maior da luta contra o apartheid social da civilização neoliberal.

Mas a quarta e a mais decisiva dimensão da campanha Lula livre é a participativa, dialogal, mobilizadora: somos todos e todas Lula. Não deve ser banalizado este desafio: é preciso dar voz a milhões. A esperança da candidatura de Lula – as caravanas o demonstraram – não é um fenômeno apenas eleitoral. Mas devemos reconhecer que entre a votação potencial de Lula e o alcance das mobilizações de rua em sua defesa tem, até agora, havido uma enorme defasagem.

Este é o grande momento da cidadania ativa e da voz ativa. É o

momento mais alto da indignação e também da festa, da fé, da arte e da irreverência do povo brasileiro contra os donos do poder e da voz. É o momento do Congresso do Povo brasileiro.

Tivemos a felicidade de estar naquela que foi uma das mais belas manifestações de solidariedade à Lula, que se realizou em Lisboa, chamada pelo Instituto Saramago e pelo CES dirigido pelo professor Boaventura dos Santos, de Coimbra. Ao final, centenas cantaram juntos a canção da Revolução dos Cravos. Fica, pois, o desafio: seremos capazes de ser algo em torno de um milhão de Lulas – somadas todas as manifestações em todos os cantos e recantos do país no Brasil e no mundo – neste 1º de Maio, o mais importante da história das classes trabalhadoras brasileiras? ★

**\*Juarez Guimarães** é professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autor de *Democracia e Marxismo: crítica à razão liberal* (Ed. Xamã: 1998) e *A Esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição* (Ed. FPA, 2004) entre outros.

# DECLARAÇÃO FINAL DA CONFERÊNCIA LULA LIVRE VENCER A BATALHA DA COMUNICAÇÃO

No momento em que concluímos a Conferência “Vencer a Batalha da Comunicação”, enfrentamos múltiplas batalhas no Brasil, na América Latina e no mundo.

A batalha para defender a democracia, a soberania, os direitos da classe trabalhadora. A batalha pela igualdade e pela liberdade em todos os poros da sociedade. A batalha para libertar Lula, a maior liderança popular do país e uma das mais expressivas da América Latina e respeitada em todo mundo. A batalha para julgar quem matou Marielle e Anderson, há mais de 30 dias. A batalha para enfrentar o imperialismo e suas guerras.

A batalha da comunicação é fundamental porque atravessa todas as batalhas. Por isso, travamos, lembrando Che, duas, três, muitas batalhas.

A democracia na comunicação, assim como na sociedade, é uma conquista dos povos. A comunicação é um bem público, um direito humano à informação e ao debate esclarecedor.

Em muitos países há limites à propriedade privada dos meios de comunicação, ao oligopólio, à propriedade cruzada de diversos meios e à manipulação eleitoral. A constituição brasileira assegura vários desses aspectos, mas não são respeitados. Continua, portanto, a luta para realiza-los.

Vivemos um grave momento de ataque à democracia, de judicialização da política combinada com a prática do jornalismo de opressão que acusa, julga e condena lideranças políticas populares e manipula a opinião pública.

Aprendemos duras lições na luta pela democracia. Compreendemos que ideias generosas, universais e justas só se realizam quando se transformam em força viva e em prática social e política. Isso porque elas mesmas são sonhos e instrumentos de um novo mundo possível, em choque com o mundo que faz de tudo para ser, e principalmente parecer, imutável.

Precisamos, portanto, construir uma comunicação viva, compartilhada e popular. Para isso é fundamental combinar pluralidade, criatividade e unidade.

Essa Conferência ocorre dentro desses marcos, na dimensão nacional, continental e, mesmo, mundial.

Somos muitos e muitas. Quando nos unimos em causas comuns, nossas vozes crescem e conseguem desafiar o conservadorismo, o neoliberalismo, o poder e o capital.

Assim, partimos daqui com compromissos e iniciativas para uma ampla e coordenada ação nas redes sociais, rádio, TV, jornal e toda nova plataforma que criarmos coletivamente.★

**#LulaLivre**

São Paulo, abril de 2018.

# PROGRAMAÇÃO

## Sexta-feira, dia 13 de abril

### 14h Abertura da Conferência

### 14h30 Sala Temática: Experiências Internacionais nas Comunicações

Bhaskar Sunkar (Revista Jacobin Magazine/Estados Unidos)  
Beto Vasques (Podemos/ Espanha)  
Bernardina Ribas (Frente Amplo/ Uruguai)  
Nacho Lemus (TeleSur/ Venezuela)  
Nico Perez (Radio M24/ Uruguai)  
**Mediação:** Carlos Henrique Árabe (Secretário Nacional de Comunicação do PT) e Mônica Valente (Secretária Nacional de Relações Internacionais do PT)

### 19h Ato Político pela Democracia na Comunicação

**Painel com** Franklin Martins (Jornalista e Ex-Ministro de Comunicação Social), Renata Mielli (FNDC), Bia Barbosa (Intervozes), Gleisi Hoffmann (Presidenta do PT), Carlos Henrique Árabe (Secretário Nacional de Comunicação do PT) e outras lideranças políticas.

## Sábado, dia 14 de abril

### 9h Debate: Democracia e Comunicação

Marilena Chauí (Filósofa/ USP)  
Juarez Guimarães (Cientista Político/ UFMG)  
**Mediação:** Paulo Vannuchi (Jornalista e ex-ministro de Direitos Humanos)

### 14h Salas Temáticas Simultâneas

#### I. Redes Sociais

Bianca Santana (Jornalista, Professora e Colunista da Revista Cult)  
José Chrispiniano (Instituto Lula)  
Otávio Antunes (Agência PT)  
**Mediação:** Rogério Tomaz (PT na Câmara)

#### II. Audiovisual

Tata Amaral (Cineasta)  
Tarcísio Secoli (TVT)  
Iolanda Depizzol (Jornalistas Livres)  
**Mediação:** Débora Firmiano (CUT)

#### III. Rádio

Mauro Ramos (Radioagência Brasil de Fato)  
Paulo Salvador (Rádio Brasil Atual)  
Jerry de Oliveira (Movimento de Rádios Comunitárias)  
**Mediação:** Taís Ladeira (PT no Senado)

#### IV. Jornalismo

João Feres (IESP)  
Vivian Fernandes (Brasil de Fato)  
Tereza Cruvinel (Jornal do Brasil)  
Ricardo Amaral (Partido dos Trabalhadores)  
**Mediação:** Roni Barbosa (CUT)

### 17h

## Encerramento

# EXPEDIENTE

## Publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

### **Presidenta**

Gleisi Hoffmann

### **Secretário Nacional de Comunicação**

Carlos Henrique Árabe

### **Comissão Executiva Nacional**

**Presidenta** - Gleisi Hoffmann

**Líder do PT no Senado Federal** - Lindbergh Farias

**Líder do PT na Câmara dos Deputados** - Paulo Pimenta

**Vice-Presidente e Adjunto da Secretaria Nacional**

**de Comunicação** - Alberto Cantalice

**Vice-Presidente** - Alexandre Padilha

**Vice-Presidente** - Luiz Dulci

**Vice-Presidente** - Márcio Macedo

**Vice-Presidente** - Paulo Teixeira

**Secretário Nacional Geral** - Romênio Pereira

**Secretário Nacional de Finanças e Planejamento** - Emídio de Souza

**Secretário Nacional de Comunicação** - Carlos Henrique Árabe

**Secretária Nacional de Organização** - Gleide Andrade

**Secretária Nacional de Relações Internacionais** - Mônica Valente

**Secretário Nacional de Formação Política** - Vilson Oliveira

**Secretário Nacional de Movimentos Populares** - Ivan Alex Lima

**Secretário Nacional de Assuntos Institucionais** - José Guimarães

**Secretária Nacional de Desenvolvimento Econômico** - Luizianne Lins

**Secretária Nacional de Coordenação Regional** - Fátima Cleide

**Vogal e Adjunta da Secretaria Nacional de Organização** - Juçara Dutra Vieira

**Vogal e Adjunta da Secretaria Nacional de Formação Política** - Najara Leite Bento

**Vogal e Adjunta da Secretaria Nacional de Movimentos Populares** - Sara Prado

**Vogal e Adjunta da Secretaria Nacional de Mobilização** - Silvana Donatti

**Vogal** - Alcione Maria Martins Comonian

**Vogal** - Ellen dos Santos Costa

**Vogal** - Markus Sokol

**Vogal** - Micaela da Costa Zeferino

**Vogal** - Moara Saboia

**Vogal** - Renato Simões

# EXPEDIENTE

## **Diretório Nacional**

Gleisi Hoffmann, Luiz Inácio Lula da Silva (*Presidente de Honra*), Lindbergh Farias, Paulo Pimenta, Adilson Nogueira Pires, Adriano de Oliveira, Alberto Lopes Cantalice, Alcione Maria Martins Comonian, Alencar Santana Braga, Alexandre Rocha Santos Padilha, Anne Karolyne Moura de Souza, Ariela de Souza da Silva, Benedita da Silva Sampaio, Camila Moreno, Carlos Henrique Árabe, Carlos Magno Ribeiro Costa, Cicero Balestro, Dejany Cristina Pereira, Dirceu Luiz Dresch, Durval Ângelo Andrade, Elói Pietá, Ellen Coutinho, Ellen dos Santos Costa, Elmano de Freitas, Emidio Pereira de Souza, Fátima Bezerra, Fátima Cleide Rodrigues da Silva, Florivaldo Raimundo de Souza, Franciane Ribeiro Alves, Gabriel Medeiros de Miranda, Gleide Andrade de Oliveira, Ivan Alex Teixeira Lima, Jackeline Oliveira Rocha, Janaina Lúcio Dantas, Jandyra Massue Uehara Alves, Jeane dos Anjos Macedo Santos, João Mauricio de Freitas (*adjunto da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento*), João Paulo de Almeida Farina, Jonas Paulo de Oliveira Neres (*adjunto da Secretaria Nacional Geral*), Jones Carvalho, Jorge Florêncio, José Nobre Guimarães, Juçara Dutra Vieira, Juvandia Moreira Leite, Karol Cavalcante (*adjunta da Secretaria Nacional de Coordenação Regional*), Luiz Carlos Pies, Luiz Eduardo Greenhalgh (*adjunto da Secretaria Nacional de Relações Internacionais*), Luiz Soares Dulci, Luizete Vicente da Silva, Luizianne Lins, Márcio Batalha Jardim, Márcio Costa Macedo, Maria América Menezes, Maria Helena Silva de Faria, Maria Teresa Leitão de Melo, Maristella de Mattos (*adjunta da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais*), Markus Sokol, Mayra Caroline de Oliveira Feitosa Noleto, Micaela da Costa Zeferino, Moara Saboia, Mônica Valente, Najara Leite Bento, Natália de Sena Alves, Nelsi Kistemacher Welter, Nelson Pellegrino, Olavo Noleto Alves, Patrícia Carla de Melo, Patrícia Carlos, Paulo José Carlos Guedes, Paulo Teixeira, Raimundo Martins Pereira, Raimundo Monteiro dos Santos, Raul Pont, Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes, Renato Simões, Rita de Cássia Gomes Lopes, Rodrigo de Sousa Soares, Rogerio Correia de Moura Batista, Romênio Pereira, Rosana Ramos da Conceição, Rosane Silva, Rui Goethe da Costa Falcão, Sara Gabriela Prado Mercês Lazaro, Selma Rocha, Sheila Oliveira, Silvana Donatti, Silvana Prestes, Sinésio da Silva Campos, Sonia Souza do Nascimento Braga, Tarciana Maria Silva Amaral, Vilson Oliveira, Vitor Ferreira Quarenta, Vivian Cristiane Gomes de Farias, Washington Luiz Cardoso Siqueira.

São Paulo, junho de 2018.

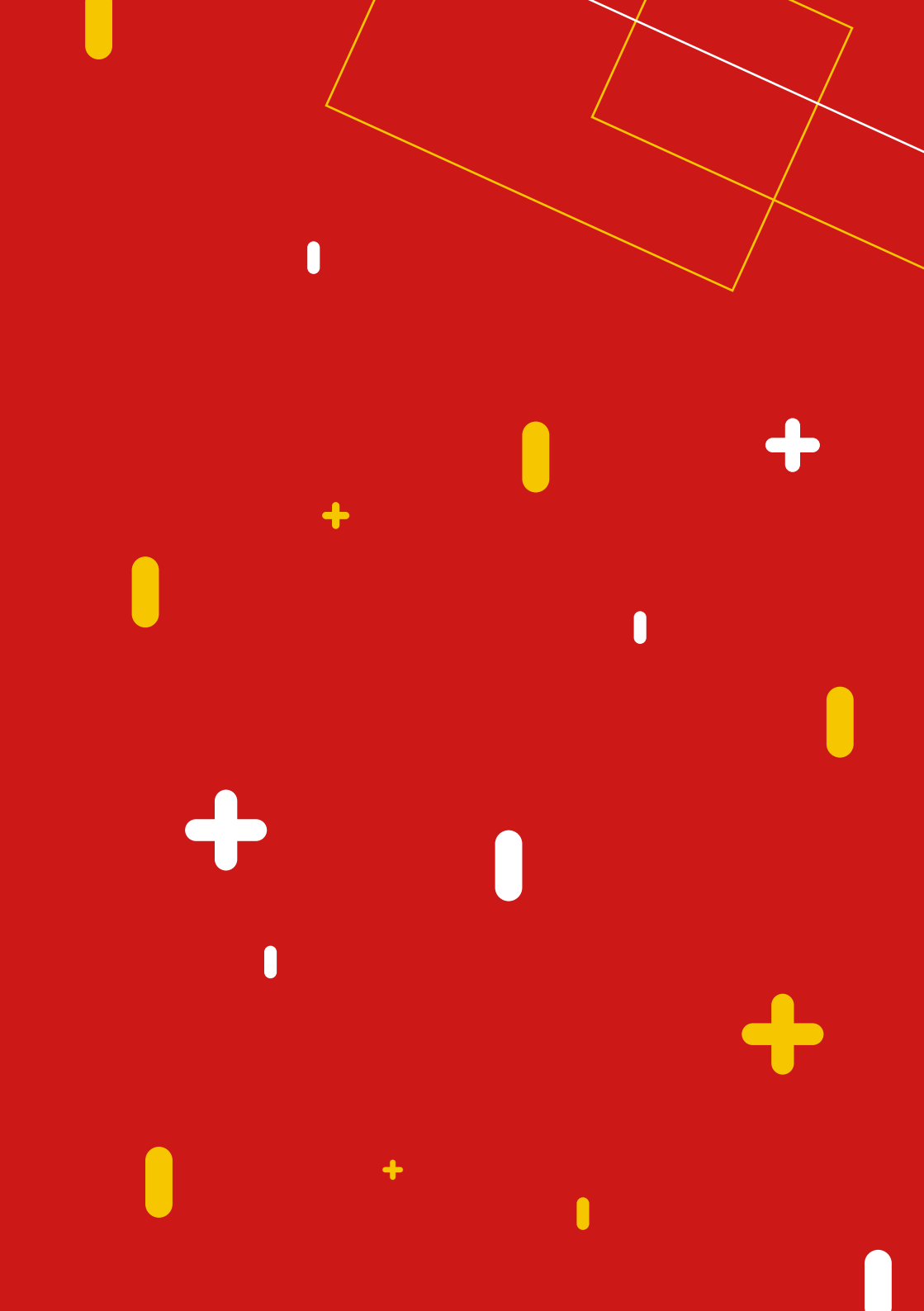
CEP: 01019-000 - São Paulo/SP  
Telefone - (11) 3243-1313

## **Partido dos Trabalhadores**

Brasília - SCS, Quadra 2, Bloco C,  
Nº 256 Edifício Toufic, 1º andar  
CEP: 70302-000 - Brasília/DF  
Telefone - (61) 3213-1313  
São Paulo - Rua Silveira Martins,132

## **Nossas Redes**

[www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)  
[www.facebook.com/pt.brasil](https://www.facebook.com/pt.brasil)  
[www.twitter.com/ptbrasil](https://www.twitter.com/ptbrasil)  
[www.instagram.com/pt13\\_oficial](https://www.instagram.com/pt13_oficial)





CONFERÊNCIA LULA LIVRE  
VENCER A BATALHA DA COMUNICAÇÃO